



RONDÔNIA
Governo do Estado
Secretaria de Estado de Justiça/SEJUS
Gerência de Infraestrutura/GEINF

Ofício nº3543 /2016/GEINF/GAB/SEJUS

Porto Velho, 10 de outubro de 2016.

Ao Senhor

NORMAN VIRISSIMO DA SILVA
PRESIDENTE CPLO/SUPEL

Av. Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Pacaás Novos, Bairro Pedrinhas
Porto Velho - RO

Assunto: Resposta a impugnação aos termos de edital da tomada de preço de n.
004/16CPLO/SUPEL/RO

Objeto: Construção de duas guaritas e implantação de três acessos verticais em estrutura
metálica na Unidade Semiaberto, no Município de Ji-Paraná/RO

Senhor Presidente da Comissão,

Trata-se da contratação de empresa responsável para a construção de duas
guaritas e instalação de acessos verticais (escada em estrutura metálica) na unidade do
Semiaberto de Ji-Paraná.

Informamos que a impugnação da Construtora BW EIRELLI merece atenção e
mérito em razão dos embasamentos previsto em leis e normas.

Vale observar que os **requisitos técnico para a concorrência da mesma será
obras com características iguais ou semelhantes ao objeto da licitação, em razão da
obra não apresentar serviços de grandes vultos.** Mediante a isso, não fora exigido que no
quadro da empresa estivesse incluso um Engenheiro Eletricista, porém ao observar os
projetos que acompanham em anexo o edital, existem projetos de instalações de SPDA,
função essa que compete apenas aos profissionais descrito abaixo.

*Recolhido em
10/10/16
Bibliote.*



Rondônia
 Governo do Estado
 Secretaria de Estado de Justiça/SEJUS
 Gerência de Infraestrutura/GEINF

conforme Decisão Normativa n. 070 de outubro de 2001

DECIDE:

Art. 1º As atividades de projeto, instalação e manutenção, vistoria, laudo, perícia e parecer referentes a Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas-SPDA, deverão ser executadas por pessoas físicas ou jurídicas devidamente registradas nos Creas. Parágrafo único. O projeto de SPDA envolve levantamento das condições locais do solo, da estrutura a ser protegida e demais elementos sujeitos a sofrer os efeitos diretos e indiretos de descargas atmosféricas, os cálculos de parâmetros elétricos para a sua execução, em especial para os sistemas de aterramento e ligações equipotenciais, seleção e especificação de equipamentos e materiais, tudo em rigorosa obediência às normas vigentes.

Art. 2º As atividades discriminadas no caput do art. 1º, só poderão ser executadas sob a supervisão de profissionais legalmente habilitados.

Parágrafo único. Consideram-se habilitados a exercer as atividades de projeto, instalação e manutenção de SPDA, os profissionais relacionados nos itens I a VII e as atividades de laudo, perícia e parecer os profissionais dos itens I a VI:

- I – engenheiro eletricista;*
- II – engenheiro de computação;*
- III – engenheiro mecânico–eletricista;*
- IV – engenheiro de produção, modalidade eletricista;*
- V – engenheiros de operação, modalidade eletricista;*
- VI – tecnólogo na área de engenharia elétrica, e*
- VII – técnico industrial, modalidade eletrotécnica.*

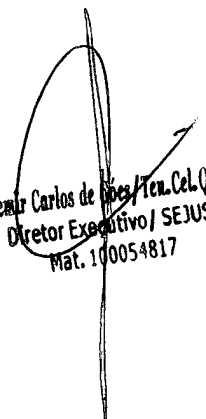
Valdemir Carlos de Godoy Ten. Cel. OEPM
Diretor Executivo / SEJUS
Mat. 10054817



RONDÔNIA
Governo do Estado
Secretaria de Estado de Justiça/SEJUS
Gerência de Infraestrutura/GEINF

A empresa não necessariamente deve apresentar no seu quadro tais profissionais, porém a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de execução devem ser elaboradas e registradas com assinatura dos devidos técnicos descritos na normativa.

Atenciosamente,



Valdemir Carlos de Azevedo/Ten. Cel. 00 PM
Diretor Executivo/ SEJUS
Mat. 100054817

